

# Luiz Marinho e Jerônimo lançam projeto de capacitação em Salvador

MATEUS SOARES  
REPÓRTER

**D**urante o evento de lançamento do Programa Juventude Produtiva realizado ontem em Salvador, o governador Jerônimo Rodrigues (PT) comentou os recentes números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o desemprego no país. Segundo ele, o problema não se resolverá com “dois ou três meses de governo”. O evento teve participação do ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Sob a coordenação da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado, o programa Juventude Produtiva vai atuar para capacitar e incentivar jovens visando a inserção no merca-

do de trabalho e no empreendedorismo. A iniciativa é voltada para jovens com idade entre 16 e 29 anos e terá investimentos de R\$ 8,1 milhões. A expectativa é que ele beneficie mais de 17 mil pessoas na Bahia.

Para o petista, a expectativa é que a Bahia possa, juntamente com o governo Lula, atrair mais oportunidades de emprego. Na ocasião, o chefe do Executivo baiano citou ainda o embate do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com o Banco Central.

“Nós ainda temos um forte embate com o Banco Central para que as taxas de juros, que elas sejam estimuladoras do setor empresarial em gerar oportunidades de emprego e renda. O presidente Lula está dialogando com o Congresso para que a gente possa ter uma lei

que estimule a instalação de empresas e, naturalmente, os estímulos à produção”, disse.

Em seu discurso, ao lado do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, Jerônimo teceu críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL): “Vai pagar tudo que fez. Ele está vendendo um por um caindo. A Justiça vai cuidar dele”.

“Nosso lugar é um lugar estratégico. Se nós corremos atrás dos votos, nós agora não podemos parar, nós agora temos que dar sustentação, fazer uma boa disputa. Seja no município, seja no estado, seja em todo o país”, acrescentou Jerônimo.

Luiz Marinho revelou o motivo de a Bahia ter sido a escolhida para ser o ponto de partida da iniciativa. “O estado da Bahia é uma grande

Foto: Mateus Pereira/GOVBA



**JERÔNIMO RODRIGUES**, ao lado de Luiz Marinho, comentou os recentes números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o desemprego no país

referência nesta política. Essa é a razão da nossa escolha de começar por aqui. É um reconhecimento ao trabalho iniciado por Jaques Wagner, depois Rui Costa e agora Jerônimo, que dá sequência a esse trabalho”, destacou o ministro.

O ministro Luiz Marinho

também aproveitou a sua fala para cutucar o ex-presidente da República. Para ele, esse é mais um passo para o país se recuperar do que ele chamou de “processo de trevas”.

“O processo de trevas pelo qual passou o nosso país na desconstrução das

finanças públicas e em todas as áreas. Na relação do trabalho foi dramática, a partir da extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, e a partir de um processo perverso de desmonte da legislação trabalhista e uma perseguição que o trabalhador sabe bem”.

## PROCESSO

# STF forma maioria para condenar Collor à prisão por corrupção



O STF formou maioria para condenar o ex-presidente Fernando Collor de Mello na ação em que ele é acusado por corrupção

PEPITA ORTEGA  
AGÊNCIA ESTADO

O plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria para condenar o ex-presidente Fernando Collor de Mello na ação em que ele é acusado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa na Operação Lava Jato.

Os ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Cármen Lúcia, André Mendonça e Alexandre de Moraes acompanharam o voto do relator, Edson Fachin, para sentenciar o senador por uso de sua ‘influência política’ na BR Distribuidora e viabilizar contratos da UTC Engenharia. Segundo a denúncia da

Procuradoria-Geral da República, o senador teria recebido R\$ 20 milhões em propinas.

A pena ainda será definida. Fachin pediu 33 anos em regime fechado para o ex-presidente da República (1990-1992). O relator também propôs que Collor e os demais denunciados arquem com uma reparação por danos morais coletivos de R\$ 20 milhões - valor equivalente ao dinheiro que teria sido pago em propinas. Sobre o pagamento de tal montante já há consenso formado no STF.

Cármen, Fux, Barroso, Alexandre seguiram integralmente o voto de Fachin. Já o ministro André Mendonça divergiu em parte sobre a acusação de organização crimi-

nosa - defendeu que Collor seja sentenciado por associação criminosa, tipificação mais ‘leve’. Assim, a maioria formada ontem diz respeito aos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O julgamento foi suspenso nesta quinta-feira, 18, logo após ser formada a maioria em desfavor de Collor. O ministro Kassio Nunes Marques está isolado, por ora, no julgamento - votou pela absolvição dos denunciados. A análise do caso será retomada na próxima quarta, 17, com os votos dos ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Rosa Weber.

Collor foi acusado pela Procuradoria-Geral da República de, entre 2010 e 2014,

exercer influência sobre a presidência e as diretorias da BR Distribuidora de modo a viabilizar a assinatura de quatro contratos da UTC Engenharia para a construção de bases de combustíveis. De acordo com a denúncia ele teria recebido R\$ 20 milhões por intermédio do ex-ministro Pedro Paulo Bergamaschi.

A condenação de Collor ocorre 29 anos depois de o ex-senador ser absolvido da acusação de corrupção passiva por suposto envolvimento com o chamado esquema PC Farias. Na época, por 5 votos a 3, o Supremo entendeu que não existiam provas suficientes para comprovar a participação do ex-presidente na suposta corrupção passiva.

# Bruno diz que ‘sensação de insegurança’ no Centro diminuiu

## Prefeito de Salvador destacou ações implementadas pelo município no Pelourinho

MATEUS SOARES  
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), comentou, ontem, em conversa com a imprensa, o saldo das ações que já estão sendo postas em prática por parte da Prefeitura no Centro Histórico após o episódio envolvendo dois turistas romenos que foram agredidos no Pelourinho. Uma dessas ações da Prefeitura de Salvador foi o aumento do número de agentes da Guarda Civil Municipal (GCM) na região, além da criação da Prefeitura-Bairro do Centro.

O atual gestor da capital baiana afirmou “não ter dúvi-

das de que a sensação de insegurança e as ocorrências policiais diminuíram muito”. “Esse efetivo [da GCM] será reforçado”, prometeu Bruno Reis. “Precisamos lembrar que as câmeras [no local] serão instaladas. É um conjunto de ações que transcendem a questão da segurança, que vai desde o ordenamento do solo, desde a qualificação das pessoas, até trocas dos equipamentos que estão danificados por causa do tempo. As ações estão em curso”, emendou o prefeito.

SalCine - O prefeito de Salvador e o secretário de Cultura e Turismo (Secult), Pedro Tourinho, apresentaram na manhã de ontem

o SalCine, primeiro plano de desenvolvimento do setor audiovisual da história da capital baiana.

O plano prevê a utilização de R\$ 46 milhões para a cultura, sendo R\$ 23 milhões oriundos da Lei Paulo Gustavo, e mais R\$ 23 milhões de recursos municipais. Desse total, 70% - ou seja, R\$ 32 milhões - será direcionado para o setor audiovisual.

O fomento, de acordo com o próximo ano, vai acontecer desde a formação de mão de obra qualificada, locação de equipamentos, captação e oferta de histórias originais, até incentivos fiscais capazes de atrair produções estrangeiras para beber

na fonte de histórias da Bahia, bem como garantir meios para que rodem aqui os filmes.

Em seu discurso, o prefeito declarou que o SalCine é uma forma de abrir novos caminhos para a economia soterropolitana, trabalhando ao lado do turismo e abrindo novas matrizes econômicas para a cidade, a partir de contrapartidas e parcerias:

“Acredito que o melhor programa social deve envolver a geração de emprego e renda. O turismo é nosso carro-chefe, mas apenas ele não mudará nossa matriz econômica. Por isso estamos estimulando setores diversos, a exemplo do audiovisual”, disse o gestor.



O PREFEITO de Salvador, Bruno Reis, comentou o saldo das ações que já estão sendo postas em prática por parte da Prefeitura no Centro Histórico

# Articulador de Jerônimo acena para PSDB: ‘Não tem problema’

MATEUS SOARES/REPÓRTER

Presente no lançamento do programa, o secretário de Relações Institucionais (Serin) e importante articulador político do grupo, Luiz Caetano (PT), afirmou, ontem, em conversa com a imprensa, que o governo está de braços abertos para uma eventual migração do PSDB para a base. “Obviamente que o governo tem interesse de trazer para a base o apoio e a participação de diversos

partidos. Não tem nenhum problema se o PSDB quiser vir participar e a gente sentar e fazer essa costura para que possa acontecer”, disse.

Luiz Caetano, porém, apesar dos rumores de aproximação, afirmou que “até agora não aconteceu” uma negociação para arremeter uma aliança local entre os tucanos e o seu grupo político. Na oportunidade, ao ser indagado sobre a destinação de espaços para o Avante, agora presidido por Ronaldo Carletto, Caetano disse que as tratativas até

então são “políticas”, a fim de que a legenda ganhe mais musculatura.

“Vamos ter que sentar na mesa em algum momento para discutir as eleições de 2024”, declarou o titular da Serin do governo Jerônimo.

O membro do Partido dos Trabalhadores percebeu que, no próximo ano, a coalizão partidária que apoia o governo estadual está planejando uma estratégia distinta para as eleições municipais. De acordo com ele, a intenção é fortalecer o projeto político durante a disputa eleitoral.

# Mourão pede ‘interdição imediata’ da cassação de Deltan Dallagnol

AGÊNCIAS SENADO E ESTADO

Em pronunciamento anteontem, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) pediu ao presidente do Senado e Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, que “interdite imediatamente” a cassação do mandato do deputado Deltan Dallagnol. Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassaram, por unanimidade, a validade do registro de candidatura de Dallagnol. Segundo Mourão, a cassação é ilegítima, devi-

do aos vícios presentes tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. São erros tão graves que ultrapassam os limites da esfera jurisdicional, configurando um ataque “direto à democracia no Brasil”, afirmou o senador.

Na opinião dele, a cassação do mandato do deputado Deltan Dallagnol “feriu de morte a última esperança do povo na democracia, que é a sua representação política expressa nas urnas”. “O Brasil jamais assistiu a tamanha combinação de arbítrio, injustiça, revanche e ilegalidade,

praticados de forma tão brutal e injustificada, mesmo nos momentos traumáticos de ruptura institucional ou de ameaças à soberania nacional”, disse.

TSE - Após ter a candidatura cassada pelo TSE, Dallagnol fica inelegível pelos próximos oito anos. O argumento do ministro Benedito Gonçalves, relator de dois processos contra o ex-procurador da Lava Jato, foi o de que Dallagnol pediu exoneração do cargo do MPF para driblar a lei e evitar a inelegibilidade.